



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PE_397-2024

1 OBJETO:
1.1 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS (CADEIRAS, MESA E SOFA), PARA ATENDER DEMANDAS DA UEL.

Lote	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	14004	Cód. GMS: 7101.57696 Cód. CATMAT: 608716 Unid. Padrão: UNIDADE SOFÁ DE 3 LUGARES COM BRAÇOS: - Estofado em tecido ou couro-ecológico; - Braço, encosto e assento confeccionados em espuma D-26; - Pés em cantoneira, em aço cromado e estrutura em madeira reflorestada, moldados ergonomicamente segundo as normas da ABNT; - Medindo aproximadamente 2,00 de comprimento, 0,90 de largura, 0,77 de altura, altura do assento: 0,45, profundidade, livre de assento 0,53, altura livre de encosto 0,39.	3	1.638,16	4.914,48	Exclusiva ME/EPP
2	34934	Cód. GMS: 7101.57282 Cód. CATMAT: 0612399 Unid. Padrão: UNIDADE CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS, TIPO SECRETÁRIA EXECUTIVA, REGULÁVEL, ESTOFADA, REVESTIDA EM TECIDO, COR PRETO, 100% POLIÉSTER Assento: Confeccionado com compensado multilaminado de madeira amescla 12mm de espessura, moldado anatomicamente, estofamento em espuma injetada, com espessura de no mínimo 50mm e densidade de 45Kg/m3, revestido com tecido 100% poliéster. A borda frontal do assento é curvada para melhor circulação sanguínea seguindo assim normas ergonômicas. O acabamento inferior do assento, deverá ser revestido em tecido "TNT", nas bordas do assento deverá ser aplicado, perfil plástico de PVC extrusado tipo "S" de 17mm, como acabamento do estofamento. Encosto: Confeccionado com compensado multilaminado de madeira amescla 12mm de espessura, moldado anatomicamente,	12	599,50	7.194,00	Exclusiva ME/EPP



	no estofamento utilizar espuma injetada, com espessura de no mínimo 50mm e densidade de 45Kg/m3, revestido com tecido 100% poliéster. O acabamento, da face posterior do encosto, deverá ser revestido em corino, sobre espuma fina, nas bordas do encosto deverá ser aplicado perfil de PVC extrusado tipo "S" de 17mm, como acabamento do estofamento. Junção: Que permita a regulagem de altura do encosto em relação ao assento e possua tratamento anti-ferrugem à base de imersão em banhos de fosfato e pintura eletrotática com tinta em pó epoxi, curada em estufa a 200°C. Braço: Confeccionado com chapa de aço de no mínimo 6,35mm de espessura (1/4"). A estrutura metálica deve possuir tratamento anti-ferrugem à base de imersão em banhos de fosfato, pintura eletrostática, curada em estufa com temperatura elevada a 200°C. Regulagem de altura em 06 posições, capa e gatilho confeccionados em polipropileno e nylon reforçado. Possuir apoio de braço confeccionado com chapa de aço, revestido com poliuretano do tipo skin. Base: Base digitador multi regulável com sistema de inclinação do encosto, regulagem de 15° em relação à posição vertical do encosto. O sistema é acionado através de uma alavanca localizada na parte inferior direita do assento. A base é constituída por três partes, sendo elas: Cabeça: Confeccionada com chapa de aço 1006/1008, soldada pelo sistema de solda MIG. Possuir tratamento anti-ferrugem a base de imersão em banhos de fosfato, pintura eletrostática utilizando tinta em pó epóxi, curada a estufa a 200°C. Pistão: Acionado através de uma alavanca localizada na parte superior, com sistema de regulagem à gás (pneumático); Confeccionados com tubos, molas, e arruelas de aço para maior resistência. Devem possuir capa telescópica confeccionada em polipropileno para melhor acabamento. Aranha: confeccionada com tubo metálico quadrado 25 x 25, chapa 16 (1,5mm de espessura), tubo redondo 2" chapa 14 (1,9 mm de espessura), soldadas pelo sistema de solda MIG. Possuir 5 hastes e em cada extremidade, fixação com buchas e rodízios duplos em polipropileno com pistas em PU. A estrutura metálica deve possuir tratamento anti-ferrugem à base de imersão em banhos de fosfato e pintura				
--	--	--	--	--	--



		eletrostática com tinta em pó epóxi, curada em estufa a 200°C e para melhor acabamento, capa para aranha confeccionada em polipropileno. Medidas mínimas: Assento (Larg.x Alt. x Esp.): 450x420x50mm. Encosto (Larg.x Alt. x Esp.): 400x360x50mm. * A cadeira deverá observar quanto aos aspectos ergonômicos as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a Norma Regulamentadora nº17 (NR17) do Ministério do Trabalho.				
3	19963	Cód. GMS: 7101.57282 Cód. CATMAT: 256505 Unid. Padrão: UNIDADE CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS, TIPO SECRETÁRIA EXECUTIVA, REGULÁVEL, ESTOFADA, REVESTIDA EM TECIDO COR CINZA ESCURO, 100% POLIÉSTER Assento: Confeccionado com compensado multilaminado de madeira amescla 12mm de espessura, moldado anatomicamente, estofamento em espuma injetada, com espessura de no mínimo 50mm e densidade de 45Kg/m3, revestido com tecido 100% poliéster. A borda frontal do assento é curvada para melhor circulação sanguínea seguindo assim normas ergonômicas. O acabamento inferior do assento, deverá ser revestido em tecido "TNT", nas bordas do assento deverá ser aplicado, perfil plástico de PVC extrusado tipo "S" de 17mm, como acabamento do estofamento. Encosto: Confeccionado com compensado multilaminado de madeira amescla 12mm de espessura, moldado anatomicamente, no estofamento utilizar espuma injetada, com espessura de no mínimo 50mm e densidade de 45Kg/m3, revestido com tecido 100% poliéster. O acabamento, da face posterior do encosto, deverá ser revestido em corino, sobre espuma fina, nas bordas do encosto deverá ser aplicado perfil de PVC extrusado tipo "S" de 17mm, como acabamento do estofamento. Junção: que permita a regulagem de altura do encosto em relação ao assento e possua tratamento anti-ferrugem à base de imersão em banhos de fosfato e pintura eletrostática com tinta em pó epóxi, curada em estufa a 200°C.	34	449,99	15.299,66	Exclusiva ME/EPP



	Braço: Confeccionado com chapa de aço de no mínimo 6,35mm de espessura (1/4"). A estrutura metálica deve possuir tratamento anti-ferrugem à base de imersão em banhos de fosfato, pintura eletrostática, curada em estufa com temperatura elevada a 200°C. Regulagem de altura em 06 posições, capa e gatilho confeccionados em polipropileno e nylon reforçado. Possuir apoio de braço confeccionado com chapa de aço, revestido com poliuretano do tipo skin. Base: Base digitador multi regulável com sistema de reclinção do encosto, regulagem de 15° em relação à posição vertical do encosto. O sistema é acionado através de uma alavanca localizada na parte inferior direita do assento. A base é constituída por três partes, sendo elas: Cabeça: Confeccionada com chapa de aço 1006/1008, soldada pelo sistema de solda MIG. Possuir tratamento anti-ferrugem a base de imersão em banhos de fosfato, pintura eletrostática utilizando tinta em pó epóxi, curada a estufa a 200°C. Pistão: Acionado através de uma alavanca localizada na parte superior, com sistema de regulagem à gás (pneumático); Confeccionados com tubos, molas, e arruelas de aço para maior resistência. Devem possuir capa telescópica confeccionada em polipropileno para melhor acabamento. Aranha: confeccionada com tubo metálico quadrado 25 x 25, chapa 16 (1,5mm de espessura), tubo redondo 2" chapa 14 (1,9 mm de espessura), soldadas pelo sistema de solda MIG. Possuir 5 hastes e em cada extremidade, fixação com buchas e rodízios duplos em polipropileno com pistas em PU. A estrutura metálica deve possuir tratamento anti-ferrugem à base de imersão em banhos de fosfato e pintura eletrostática com tinta em pó epóxi, curada em estufa a 200°C e para melhor acabamento, capa para aranha confeccionada em polipropileno. Medidas mínimas: Assento (Larg.x Alt. x Esp.): 450x420x50mm. Encosto (Larg.x Alt. x Esp.): 400x360x50mm. * A cadeira deverá observar quanto aos aspectos ergonômicos as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a Norma				
--	--	--	--	--	--



		Regulamentadora nº17 (NR17) do Ministério do Trabalho.				
4	15607	Cód .GMS: 7102.64214 Cód. CATMAT: 483274 Unid. Padrão: UNIDADE CADEIRA FIXA SEM BRAÇOS, EM POLIPROPILENO, CONFORME CARACTERÍSTICAS A SEGUIR: * CADEIRA TIPO ISO COM ENGATE LATERAL. - Dimensões aproximadas da cadeira (podendo variar +/- 5%): assento 400mm profundidade X 460mm largura; encosto 455mm largura X 310mm altura; altura total da cadeira 810mm; altura do assento 460mm. - Cadeira individual empilhável com engate lateral para agrupamento das peças em fileira, com encosto em concha de polipropileno, de alta resistência mecânica e pigmento antirraios ultravioletas, 100% reciclável, encaixado ao suporte metálico da estrutura da cadeira em aço trefilado maciço SAE 1020 7/16", tratamento anticorrosivo e acabamento por eletrodeposição de cromo e níquel, com camada média de 5 microns, ou tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento da pintura epoxi na cor preta. - Assento em concha de polipropileno com carga de fibra de vidro injetado, de alta resistência mecânica e pigmento antirraios ultravioletas, montado ao encosto através de encaixe. - Cor: Preta. - Carga suportável : 120 kg. - Garantia.	80	112,50	9.000,00	Exclusiva ME/EPP

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no item 1.1 deste Termo de Referência

1.2.2 Deverão ser observadas, ainda, as seguintes especificações técnicas complementares:

1.2.2.1 Os padrões mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente, encontram-se no descritivo detalhado do item cadastrado no SICOR (Sistema Integrado de Compras e Orçamento da Universidade Estadual de Londrina).

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O(s) item(ns) objeto deste Termo de Referência possuem(m) padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS dos item(ns) poderá(ão) ser localizado(s) em seu(s) descritivo(s), constante da Tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

1.4 DO FORNECIMENTO



1.4.1 O fornecimento será em etapa única, devendo a entrega ocorrer no prazo e local indicado no **item 9** deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Os laboratórios de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina conduzem diversos experimentos em projetos de pesquisa vinculados tanto aos seus Programas de Pós-Graduação (PPG), como aos Grupos de Pesquisa certificados institucionalmente, a partir de uma infraestrutura institucional que promove a pesquisa, a extensão acadêmica e o ensino (art. 207 da Constituição Federal). A aquisição de produtos (insumos, equipamentos e/ou serviços) é essencial para viabilizar as atividades que são desenvolvidas nesses laboratórios e, conseqüentemente, para o avanço da produção científica nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Londrina, visando a disseminação eficaz e de qualidade do conhecimento científico e a formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação. Os Projetos de Pesquisa, em geral, viabilizam o avanço da qualidade da pesquisa científica e da produção acadêmica no âmbito universitário, à medida que suscitam demandas de contratação para atividades que tenham aderência à pesquisa desenvolvida, exigindo, assim, a adequação da infraestrutura, incluindo laboratórios, bibliotecas, recursos de informática, instalações físicas, além da aquisição de insumos e serviços que são indispensáveis para a criação e manutenção das atividades de pesquisa, ensino e extensão. Portanto, a aquisição de produtos para esses laboratórios visa o desenvolvimento do conhecimento científico, tanto a sua produção como a sua disseminação, atendendo ao interesse público (art. 15, §1º, inciso I do Decreto Estadual n. 10.086/2022 e art. 18, inciso I da Lei Federal n. 14.133/2021). Isso posto, a presente aquisição se justifica pela necessidade de atender a demanda dos projetos de pesquisa, que contam com a participação de pós-graduandos (mestrands e doutorandos) dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Londrina, assim como de estudantes de graduação (estagiários de iniciação científica e iniciação tecnológica) participantes do projeto científico associado a requisição. As cadeiras são necessárias para as atividades em que será analisada em laboratório uma grande quantidade de amostras das videiras dos experimentos de campo, e para tanto, as cadeiras são essenciais para a equipe trabalhar de forma adequada em condições de laboratório.

2.2 Mobiliário para aprimorar estrutura acadêmica e administrativa do Centro de Educação Física - UEL e para o desenvolvimento de projetos referente a ENCOMENDA GOVERNAMENTAL Nº 5/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A solução de aquisição do produto (insumo, equipamento e/ou serviço) está de acordo com o descritivo e planilha orçamentária presentes em projeto de pesquisa aprovado pela Universidade Estadual de Londrina e/ou órgãos de fomento e apoio. A especificidade do objeto contratado está em sintonia com o desenvolvimento científico, sendo a pesquisa a ser empreendida ou em andamento que exige tal solução, haja vista a necessidade de garantir os padrões específicos desses produtos de acordo com os procedimentos metodológicos que são adotados nos projetos de pesquisa. Ademais, deverá ser exigida garantia de, no mínimo 1 (um) ano, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA.

3.2 A solução de contratação mais adequada aos itens desta requisição é a de aquisição por meio de pregão eletrônico, entendemos que o parcelamento não seja vantajoso para este objeto, tendo em vista as especificações técnicas, conforme detalhado a seguir:

- cadeira fixa sem braço - as cadeiras serão utilizadas por diversos eventos de extensão da UEL. A compra é a solução mais adequada em razão da frequente utilização pelos projetos e a grande durabilidade do item. Além disso, a Universidade Estadual dispõe de local para armazenamento e equipe para transporte aos locais das atividades;
- cadeiras giratórias - as cadeiras giratórias serão adquiridas em compra, pois farão parte do inventário da UEL na PROEX, não há razão que justifique a contratação em outras modalidades;

4. PESQUISA DE PREÇOS:

4.1 A pesquisa de preços que embasou a formação do(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) da presente licitação foi realizada nos moldes do art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO:



5.1 Os itens que compõem o presente Pregão Eletrônico serão divididos em 4 (quatro) lotes, em observância à ampliação da competitividade, conforme determina o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal 14.133/2021.

6. SUSTENTABILIDADE:

6.1 Em razão da natureza do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), não será(ão) necessária(s) a observação de normas de sustentabilidade.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1 O procedimento licitatório constante do presente Edital enquadra-se como LICITAÇÃO EXCLUSIVA para participação de empresas enquadradas como ME/EPP/MEI.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

8.1 O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1 prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta)** dias, contados do envio da Ordem de Compra ou documento equivalente, em remessa única, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 Os bens serão recebidos **provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4 Os bens serão recebidos **definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.6 O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (nota de empenho).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE: (NO QUE COUBER)

10.1 obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no **item 11.1** ficará suspenso na hipótese prevista no **item 11.4.1** das Condições Gerais do Pregão



11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à Divisão de Material do Hospital Universitário, com a devida comprovação (Nota Fiscal anterior e posterior ao fato), para que a situação possa ser analisada pela CONTRATANTE e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

11.5 A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega da solicitação na Divisão de Material, mediante protocolo de recebimento.

11.6 As notas fiscais devem ser emitidas em nome **da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445**, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (quando for o caso), para fins de rastreabilidade em estoque.

11.7 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.8 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.9 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

11.10 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003 de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela a ser paga.}$$

$$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$$

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor Global: R\$ 37.182,67

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de pesquisa de preços constante na fase interna.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão da natureza do objeto a ser contratado, bem como o valor máximo previsto para a contratação.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS:



14.1. Garantia para os produtos contra qualquer tipo de defeito de fabricação ou qualquer outro tipo de alteração que venha a sofrer durante seu uso no período de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da entrega, conforme prevê o artigo 26, item II do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990), ou a estabelecida pelo fabricante, prevalecendo o maior prazo;

14.2. A garantia acima citada, por conta do fornecedor, não se confunde com a garantia concedida pelo fabricante, não podendo uma ser substituída pela outra. A garantia deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou montagem incorreta.

14.3. A garantia contratual será prestada com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a UNIVERSIDADE por, no mínimo, 12 (doze) meses após decorrido o prazo de garantia legal, exceto para os produtos que tiverem prazos de garantia maior especificados na descrição do objeto.

14.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.5 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.6 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.7 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.8 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

14.9 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

14.10 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.11 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.12 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

14.13 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. VIGÊNCIA:

15.1 Os produtos serão entregues, conferidos e após recebidos formalmente será efetuado o pagamento, não sendo o caso de utilização de Termo de Contrato, mas da emissão de Ordem de Contratação com as disposições do ANEXO VII do instrumento convocatório.

16. DO REAJUSTAMENTO:

16.1 O reajustamento não se aplica, por se tratar de aquisição de produtos com pagamento mediante entrega e recebimento definitivo do bem.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;

Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço



Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos Arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

19. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Londrina 08 de novembro de 2024.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

1818420 - RODOLPHO VERSARI FRANCOZO / (CCS-SEC) SECRETARIA ADMINISTRATIVA
0121391 - ALEX LUCAS VILAS BOAS / (CEFE-DST) DIVISÃO DE SUPORTE TÉCNICO
0304927 - CARLOS EDUARDO BONI / (PROAF-DM-DL) DIVISÃO DE LICITAÇÕES
1817769 - RAFAEL APARECIDO BATISTA / (PROEX-DPAT-DGF) DIVISÃO DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO E LOGÍSTICA
0304029 - CRISTINA DUARTE RUIZ / (PROPLAN-DPDA-DPC) DIVISÃO DE PLANEJ. CIENTÍFICO E CULTURAL
1318265 - MARCIO FERREIRA CRUZ / (PROPPG-DP-DPP) DIVISÃO DE PROJETOS DE PESQUISA

Documento: **TR_PE_397_24.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Rafael Aparecido Batista (XXX.571.349-XX)** em 08/11/2024 15:56 Local: UEL/PROEX/DPROJ/DGF, **Carlos Eduardo Boni (XXX.542.809-XX)** em 08/11/2024 15:56 Local: UEL/PROAF/DM/DL, **Alex Lucas Vilas Boas (XXX.305.949-XX)** em 08/11/2024 15:56 Local: UEL/CEFE, **Suely Kazue Arijj (XXX.871.959-XX)** em 08/11/2024 15:58 Local: UEL/PROPPG/DP/DGFP, **Marcio Ferreira Cruz (XXX.441.629-XX)** em 08/11/2024 15:58 Local: UEL/PROPPG/DPG/DGFPG.

Inserido ao protocolo **22.803.488-6** por: **Davi Paulino Pereira** em: 08/11/2024 15:52.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
8430efac8bfb2615f65880343634daca.